



Turismo de base comunitária: experiências em pequenas localidades

Ângela Maria Endlich

Universidade Estadual de Maringá – Maringá – PR – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5203-5828>

Juliana Carolina Teixeira

Universidade Estadual do Paraná – Campo Mourão – PR – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9886-4920>

Resumo

O objetivo da pesquisa foi contribuir com as reflexões acerca dos alcances do turismo de base comunitária (TBC) para o desenvolvimento de pequenas localidades quanto à sua dimensão social. A dispersão populacional, a diminuição na oferta de empregos e de serviços locais essenciais, a perda do patrimônio local, entre outros problemas, desperta nas comunidades locais a necessidade e interesse em buscar alternativas de desenvolvimento como a atividade turística. Porém, observa-se que grande parte dos recursos e atrativos turísticos, embora localizados nessas pequenas localidades, não são suficientes para manter o fluxo de turistas que está apenas de passagem e, se dispersa para as médias e grandes cidades. Esse contexto levanta, então, reflexões sobre quais os benefícios que ficam para as pequenas localidades interessadas em trabalhar com o turismo. Dessa forma, buscou-se problematizar sobre se o TBC contribui para o desenvolvimento de pequenas localidades considerando a sua dimensão social? O que revelam as experiências existentes? O estudo se trata de revisão bibliográfica e, como procedimento metodológico utilizou-se para a execução da pesquisa levantamento e análise da literatura sobre o turismo de base comunitária e temas correlatos. Posteriormente foram identificadas experiências de TBC em pequenas localidades no Brasil, Equador e México que permitiram refletir sobre os limites e possibilidades desse modelo para o enfrentamento dos desafios existentes nas pequenas localidades. Como resultados observou-se que o TBC pode ser uma saída para os desafios socioespaciais, mas ele sozinho não é capaz de reverter todos os problemas. É necessário acompanhar e analisar as experiências constantemente.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Desenvolvimento. Pequenas localidades. Experiências de TBC. Patrimônio comunitário.

Community-based tourism: experiences in small localities

Abstract

The populational dispersion, decrease in jobs offers and essential local services, local heritage loss, among other problems, arouses local communities the necessity and interest to seek alternatives as a tourist activity. However, a major part of the attractive and touristic resources, although located in these small localities, are not enough to maintain the tourist flow who are just passing through and are dispersed to medium and big cities. This context

raises reflections about the benefits that are left in small localities interested in working with tourism. Thus, we sought to problematize how CBT contributes to the development in small localities considering their social dimension? What experiences reveal? For the execution of this research was raised and analyzed the literature about community-based tourism and related themes. Posteriorly the research identifies CBT experiences in small localities in Brazil, Ecuador, and Mexico that allowed us to reflect on the limits and possibilities of CBT to face the challenges in small localities. As a result, it was observed that CBT is a way out to face socio-spatial challenges but, it alone is not able to solve all problems. It is necessary to constantly monitor and analyze the experiences.

Keywords: Community-based tourism. Development. Small localities. CBT experiences. Community heritage.

Turismo comunitario: experiencias en pequeñas localidades

Resumen

El objetivo de la investigación fue contribuir a las reflexiones sobre el alcance del turismo comunitario (TBC) para el desarrollo de pequeñas localidades en términos de su dimensión social. La dispersión de la población, la disminución de la oferta de trabajo y los servicios locales esenciales, la pérdida del patrimonio local, entre otros problemas, despierta en las comunidades locales la necesidad y el interés de buscar alternativas de desarrollo como el turismo. Sin embargo, se observa que una gran parte de los recursos y atracciones turísticas, si bien se encuentran en estas pequeñas localidades, no son suficientes para mantener el flujo de turistas que está de paso y se dispersa a ciudades medianas y grandes. Este contexto, entonces, plantea reflexiones sobre los beneficios que quedan para las pequeñas localidades interesadas en trabajar con el turismo. De esta manera, ¿buscamos problematizar cómo el turismo comunitario contribuye al desarrollo de pequeñas localidades considerando su dimensión social? ¿Qué revelan las experiencias existentes? Para llevar a cabo la investigación, se recopiló y analizó la literatura sobre turismo comunitario y temas relacionados. Posteriormente, el trabajo identificó experiencias de turismo comunitario en pequeñas localidades en Brasil, Ecuador y México que nos permitieron reflexionar sobre los límites y las posibilidades del turismo comunitario para enfrentar los desafíos que existen en pequeñas localidades. Como resultado, se observó que el turismo comunitario es una forma de enfrentar los desafíos socioespaciales, pero por sí solo no puede revertir todos los problemas. Es necesario monitorear y analizar constantemente las experiencias.

Palabras-clave: Turismo comunitario. Desarrollo. Pequeñas localidades. Experiencias de turismo comunitario. Patrimonio comunitario.

1 Introdução

Após décadas de massificação do turismo buscou-se um “outro tipo de turismo”. Nesse contexto foram apresentadas e discutidas alternativas que respeitassem os destinos turísticos, seu ambiente natural, econômico e sociocultural que trouxessem resultados muito mais positivos do que negativos. Surgiram, então, em meados das décadas de 1970 e 1980 segmentos como o ecoturismo que priorizam a conservação dos ambientes naturais e as comunidades locais que neles residem (PIRES, 2002). Porém, não se observou a participação mais efetiva das comunidades nesse novo modelo de atividade turística e, entrou na pauta das discussões a atuação das comunidades no planejamento e gestão do turismo nas localidades onde ocorrem.

Nesse cenário surge o turismo de base comunitária (TBC) como um modelo de gestão que compreende como indispensável o protagonismo das comunidades no

planejamento, gestão e execução da atividade turística nas localidades em que essas comunidades se fazem presentes. Nesse sentido, o TBC busca um novo modelo de desenvolvimento pautado no desenvolvimento humano e social (MIELKE; PEGAS, 2013). Isso porque o turismo não se coloca apenas como atividade econômica capitalista, mas também é ferramenta de grupos marginalizados que se utilizam dela para ter voz. O turismo, como atividade humana e social, permite o encontro entre comunidade local e turistas promovendo a troca de experiências entre as mais diversas culturas e o conhecimento entre elas (GRIM; SAMPAIO, 2013).

A busca por um novo modelo de desenvolvimento surge como resposta às contradições do modelo econômico vigente, onde as desigualdades são criadas e reforçadas, com regiões mais ricas e regiões mais pobres em que “O desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras” (ENDLICH, 2007, p. 11).

É inevitável destacar que a realidade de pequenas localidades com recursos e/ou atrativos turísticos, em alguns casos, está aquém do desenvolvimento captado por médias e grandes cidades. Isso porque, o fluxo de turistas que passa por essas pequenas localidades nem sempre permanece por muito tempo, em razão da infraestrutura escassa ou até mesmo inexistente, fazendo com que ele se direcione para os centros maiores. Portanto, é ponto relevante refletir sobre os reais benefícios que ficam para as pequenas localidades e suas comunidades nesse cenário.

Alves (2018) afirma que destinos em pequenas localidades, pela falta de infraestrutura, acabam sendo divulgados como atrativos de cidades maiores “Os municípios de pequeno porte demográfico, quando integrados a roteiros turísticos regionais, recebem excursões que duram poucas horas e que deixam poucos resultados financeiros. Mesmo que os municípios pequenos tenham atrativos, a estrutura hoteleira e demais serviços turísticos ficam concentrados em centros maiores” (ALVES, 2018, 261).

As pequenas localidades e suas comunidades ficam marginalizadas do circuito central da atividade turística. Observa-se no TBC uma das saídas para essas localidades e suas comunidades para o enfrentamento desses desafios por meio do processo de criar sua própria forma de planejar, gerir e oferecer a atividade turística aos turistas e visitantes interessados. Com base nessas reflexões, buscou-se questionar: o TBC contribui para o desenvolvimento de pequenas localidades considerando a sua dimensão social? O que revelam as experiências existentes?

Para atender ao problema de pesquisa, foram levantadas e analisadas experiências no Brasil e no exterior. Este artigo se trata de resultado de pesquisa desenvolvido pelas autoras no âmbito do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Buscou-se compreender com maior detalhamento o turismo de base comunitária e suas características em pequenas localidades e suas comunidades. Para o desenvolvimento do trabalho, como procedimentos metodológicos adotados foi realizada revisão bibliográfica com o levantamento da literatura sobre a temática do TBC. Posteriormente, foram selecionadas, na literatura, experiências de TBC que pudessem contribuir para a compreensão sobre como as comunidades se apropriam do TBC e quais suas possíveis contribuições e resultados para as pequenas localidades. Para o levantamento das experiências foi necessário buscar pesquisas que as abordassem em artigos científicos e, foram acessados os sites das próprias comunidades e/ou de

instituições parceiras para identificar dados gerais e mais específicos relacionados ao turismo que ocorre no local. Esse olhar para outros espaços geográficos tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o TBC para que seja possível analisar em trabalhos posteriores a realidade do Estado do Paraná que consiste no recorte territorial mais amplo de pesquisa.

Apresenta-se nesse trabalho a comunidade *Agua Blanca* no Equador; a comunidade da Prainha do Canto Verde no município de Beberibe no Ceará; a Associação Acolhida na Colônia nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo e pôr fim a experiência dos *Pueblos Mágicos* no México. O trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro deles aborda as discussões teóricas sobre o TBC e o segundo apresenta as experiências das pequenas localidades e suas comunidades com o TBC.

2 O turismo de base comunitária: Considerações Gerais

Após décadas de massificação do turismo buscou-se um “outro tipo de turismo”. Nesse contexto foram apresentadas e debatidas alternativas que respeitassem os destinos turísticos, seu ambiente natural, econômico e sociocultural e que trouxessem resultados muito mais positivos do que negativos. Surgiram em meados das décadas de 1970 e 1980 segmentos turísticos que priorizavam a conservação dos ambientes naturais e o respeito a economia e a cultura das comunidades locais (PIRES, 2002). O surgimento desses novos segmentos buscou deixar para trás apenas o imperativo econômico incorporando outras dimensões trazendo consigo novas concepções de turismo como: turismo solidário, turismo intercultural, turismo da natureza, turismo durável, turismo de proximidade, *slow travel*, entre outros (ZAOUL, 2009).

É relevante ressaltar que a emergência de um turismo situado, na busca pelo empoderamento local, teve como base as discussões que se estabeleceram sobre crescimento econômico e desenvolvimento humano e social. Nesse contexto, a demanda por um turismo menos predatório não esteve descolada desse cenário maior. Dessa forma, dois grupos sociais foram relevantes para exercer pressão em favor de um desenvolvimento sustentável que buscava mudanças nesse turismo predatório: a demanda de turistas interessados e preocupados com as comunidades locais e seus territórios e as próprias comunidades locais.

Os destinos e as comunidades passam a exigir alternativas por sofrer com o número cada vez maior de turistas que não estavam preocupados com a qualidade da vida local. O turismo de base comunitária entra na pauta como uma forma de mudar o cenário de degradação e segregação das comunidades locais. A necessidade de combater a pobreza e fortalecer o patrimônio comunitário (natural e sociocultural) observou no TBC uma forma de desenvolvimento diferente do modelo vigente. Sobre esse tema Giampiccoli e Kalis (2012) ao discutirem a realidade do TBC em uma localidade sul-africana apontaram que o

[...] desenvolvimento do TBC também tem a capacidade de alterar as condições socioeconômicas como, por exemplo, no caso das novas elaborações do conceito de hospitalidade e deve, portanto, ser visto como uma forma de evolução cultural autônoma. Além disso, dado que o TBC envolve relações de poder igualitárias e de trabalho cooperativo, ele tem a capacidade de facilitar ou agir como uma contramedida contra relações de

*poder desiguais e dos ‘mandachuvas’ dentro das comunidades locais (Giampiccoli; Kalis, 2012, p.174, tradução nossa)*¹.

Para além das comunidades locais, gradativamente, uma demanda de turistas passa a se interessar com essa atividade comprometida com a diversidade e autenticidade local. Conforme refletiu Zaoul (2009), sobre um turismo situado, o turismo massificado acaba contraditoriamente com o desejo de descoberta mútua que se coloca como fonte para a motivação dos atores envolvidos no turismo. Ao comercializar a autenticidade da relação entre turista, anfitrião e residente ele a torna artificial e ganha cada vez mais corpo a fuga de grupos de turistas dessa artificialidade pois “A viagem torna-se uma *jaula* e passa a impressão de que a mobilidade espacial é culturalmente imóvel, à medida que tudo é organizado de tal forma que o encontro com o outro aparenta um *simulacro*” (ZAOUL, 2009, p.59).

A literatura aponta que em países em desenvolvimento o TBC possui uma tendência em se estabelecer em área rurais e que o foco das pesquisas está, em sua maioria, no TBC em áreas rurais de países pobres (GIAMPICCOLI; KALIS, 2012). Isso ocorre, pois, o TBC surge como possível saída para a pobreza das comunidades nessas localidades. Maldonado (2009) tratou dessa questão, ao discutir o TBC na América Latina, que começa a ser observado no continente em meados da década de 1980. Muitos são os fatores que, segundo o autor, deram origem a essas atividades como as de ordem econômica, social, cultural e política.

Para Maldonado (2009) uma das causas do surgimento do TBC na América Latina são as constantes pressões do mercado mundial sobre as comunidades locais (principalmente as indígenas e rurais) e seus patrimônios. Essas pressões surgem em razão da crescente tendência sobre o uso desses patrimônios naturais e socioculturais. Maldonado (2009) segue ainda citando mais três fatores. O segundo deles se caracteriza pelas necessidades econômicas e trabalhistas das comunidades em busca da amenização de sua situação de pobreza crônica. O terceiro fator está relacionado ao papel das pequenas e microempresas no desenvolvimento local e na diversificação da oferta turística que passa a se dinamizar com o TBC. O quarto fator está intimamente ligado as lutas políticas dos movimentos indígenas e rural que se utilizam do TBC como ferramenta de manutenção e preservação de seus territórios e de suas identidades frente ao avanço do capital e da homogeneização promovida pela globalização que sobre eles avança. Esses fatores foram observados na experiência latino-americana, porém, pode-se observar na literatura que esses mesmos fatores aparecem em maior ou menor grau nas demais experiências de TBC espalhadas pelo mundo.

Ao estabelecer relações com os turistas, adotando o TBC como ferramenta de planejamento da atividade em seus territórios, as comunidades locais ofertam seu patrimônio comunitário de maneira mais organizada e responsável, ao contrário das experiências do turismo massificado e predatório. Como patrimônio comunitário Maldonado (2009, p. 29) compreende “[...] todo o conjunto de valores, crenças,

¹ “CBT development also has the capacity to alter socio-economic conditions, as for example in the case of new elaborations of the concept of hospitality and should therefore be seen as a form of the autonomous cultural evolution. Moreover, given that CBT entails equal power relations and cooperative work, it has the capacity to facilitate or act as a countermeasure against unequal power relations and ‘big men’ within local communities”

conhecimentos, práticas, técnicas, habilidades instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo.”. É, então, por meio de todo esse conjunto que a comunidade local manifesta seu modo de vida que compreende sua própria identidade, sua relação com o meio natural (MALDONADO, 2009).

É o patrimônio comunitário que compõe a base da oferta do turismo de base comunitária compreendido como

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

É necessário ressaltar que para o autor a empresa comunitária é parte da economia social que não possui como finalidade o lucro, mas sim propiciar meios de vida para seus membros, buscar a distribuição igualitária dos benefícios e valorizar o patrimônio comunitário. O turismo de base comunitária nas discussões que buscam seu entendimento, para o qual ainda não há consenso teórico-conceitual bem estabelecido, apresenta como característica central o empoderamento da comunidade local. É com base no protagonismo local que se busca a equidade, a valorização e manejo do patrimônio natural e sociocultural, a troca de experiências mútuas sempre baseada em uma economia social e solidária.

Nessa perspectiva, muitos pesquisadores do tema apontam o turismo de base comunitária como um modelo de planejamento e gestão do turismo em pequenas localidades tendo o protagonismo das comunidades como base para a busca do desenvolvimento local. Sendo um modelo de planejamento e gestão o TBC não se enquadra como um segmento de turismo. Em razão de suas características, esse modelo pode ser confundido como um segmento quando é utilizado, também, como ferramenta de *marketing*. Isso ocorre porque os princípios do TBC chamam cada vez mais a atenção uma demanda turística interessada em realizar viagens que proporcionem uma troca de experiências com a comunidade local.

Para Bursztyn (2005) o ponto central do TBC é o modelo equitativo de turismo que coloca a população local no cerne do planejamento, da implementação e do monitoramento da atividade. Como não se trata de um segmento específico do turismo, essas experiências podem ser encontradas no campo ou na cidade e ofertadas para os diversos grupos de interesse. Dessa forma, o TBC pode ser organizado em experiências de ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural, entre outros segmentos que tenham como base o protagonismo da comunidade no planejamento e gestão da atividade.

Reforçando essas ideias sobre TBC, em uma tentativa de compreendê-lo melhor, apresenta-se a concepção da ONG WWF (*World Wildlife Fund - International*) sobre o tema. A WWF trata do TBC em comunidades que residem em ambientes naturais e aborda esse modelo especificamente no segmento de Ecoturismo. Para a ONG o ecoturismo de base comunitária é uma forma de turismo em que a

comunidade local possui controle substancial e está envolvida em seu desenvolvimento e gerenciamento em que a maior parte dos benefícios permanece na localidade (WWF, 2001).

Relevante destaque é feito pela ONG ao abordar o que se entende pela comunidade que irá planejar o turismo local e afirma que “Como a comunidade é definida vai depender das estruturas sociais e institucionais da área em questão, mas a definição implica algum tipo de responsabilidade coletiva e aprovação por órgãos representativos” (WWF, 2001, p. 2, tradução nossa)². Nesse sentido cada experiência e realidade possui a liberdade de definir, conforme suas características locais únicas, a extensão da comunidade e a quem ela se limita, lembrando que em muitos locais, principalmente aqueles habitados por indígenas, existem direitos coletivos sobre recursos e territórios. Outra consideração da ONG em suas diretrizes para o TBC é que apesar de todo o esforço coletivo não se pode excluir ou diminuir as iniciativas individuais pois o “ecoturismo de base comunitária deve, portanto, fomentar o uso sustentável e a responsabilidade coletiva. No entanto, ele também deve abraçar iniciativas individuais dentro da comunidade” (WWF, 2001, p. 2, tradução nossa).³ Compreende-se, nesse sentido, que as iniciativas individuais são relevantes para a manutenção da coesão da comunidade ao passo que individualmente as ideias e ações são valorizadas e respeitadas.

Além da perspectiva do ecoturismo de Base Comunitária também é possível pensar em outros segmentos que atentam para a experiência da base local que envolvem a comunidade. Tapia e Trujillo (2016) desenvolvem o tema sobre o turismo rural comunitário (TRC) no Equador, tema que também pode-se observar em Maldonado (2009) mas com foco em toda América Latina. Tapia e Trujillo (2016) também compreendem que o TRC coloca no centro o protagonismo da comunidade e a valorização de seu patrimônio acrescentando a ideia de que é necessário a vivência de uma experiência por parte do turista para a tomada de consciência relacionada a importância dessa valorização. Deste modo o turismo que é uma atividade social transforma suas bases passivas “[...] na medida que o turista transita de simples espectador a participante ativo na experiência turística, alcançando maior satisfação de seus propósitos numa relação mais direta com a comunidade” (TAPIA; TRUJILLO, 2016, p. 85, tradução nossa)⁴.

É necessário reforçar que o TBC não ocorre apenas no campo em ambientes com áreas naturais mais preservadas, como no ecoturismo de base comunitária, ou com características mais agrícolas como no turismo rural comunitário, mas ocorre também em cidades. Pode-se citar aqui, como exemplo, o TBC que acontece nas favelas de São Paulo ou Rio de Janeiro que reforçam a importância do lugar de resistência dessas comunidades e sua cultura local. Sobre isso Mano, Meyer e Fratucci (2017) constroem reflexões a partir do processo de turistificação das favelas tido como local de observação da pobreza. Os autores discutem os efeitos do TBC na

² “How the community is defined will depend on the social and institutional structures in the area concerned, but the definition implies some kind of collective responsibility and approval by representative bodies.”

³ “Community-based ecotourism should therefore foster sustainable use and collective responsibility. However, it must also embrace individual initiatives within the community.”

⁴ “[...] la medida que el turista transita de simple espectador a participante activo en la experiencia turística, logrando mayor satisfacción de sus propósitos y la relación más directa con la comunidad.”

favela Santa Marta no Rio de Janeiro. Como os casos de TBC que ocorrem no campo como o ecoturismo e o turismo rural observa-se que nas cidades o TBC possui os mesmos princípios e, no caso específico da favela Santa Marta os pesquisadores puderam identificar que o turismo se tornou socialmente mais comprometido. Contudo, Mano, Meyer e Fratucci (2017) destacam que as dinâmicas entre turistas, anfitriões e residentes são constantemente modificadas, porque eles próprios mudam, sendo necessário o monitoramento e avanço nas pesquisas sobre TBC pois “[...] ainda é reduzida a quantidade de estudos sobre tais experiências em ambientes urbanos como as favelas, assim como são poucas as pesquisas cuja temática central é o protagonismo dos moradores em iniciativas locais de turismo.” (MANO; MEYER; FRATUCCI, 2017, p. 433).

Compreendendo o breve contexto que propiciou a apropriação de comunidades locais sobre o TBC e, suas principais características, destaca-se aqui, o trabalho de Castro e Pinto (2013) que se debruçaram na tarefa de analisar o arcabouço teórico-conceitual já construído sobre a temática para amarrar os pontos fundamentais que se apresentam. Os autores entendem que o TBC é um tema transversal e, portanto, dos levantamentos realizados foram destacadas quatro grandes dimensões que foram as mais abordadas pelos autores sendo elas: econômica, social, cultural e ambiental.

Na dimensão econômica, pode-se observar, como levantado pelos autores, que as categorias que mais apareceram nas produções conceituais sobre o tema foram: Autogestão; Cooperativismo; Benefícios Coletivos; Associativismo; Desenvolvimento de Arranjos Produtivos e Economia Solidária. Com relação a dimensão social citaram-se: Protagonismo social; Empoderamento; Capital social; Gestão participativa; Fortalecimento da organização comunitária. Já em se tratando da dimensão cultural prevaleceu: Reafirmação cultural; Valorização cultural; Interculturalidade; Troca de experiências; Sentimento de pertencimento. E por fim, na dimensão ambiental foram abordados: Minimização de impactos ambientais; Fortalecimento de ações de conservação da natureza; Respeito às normas de conservação; Recuperação de áreas degradadas; Manejo sustentável de recursos naturais; Utilização de energias renováveis (CASTRO; PINTO, 2013).

Tais características atribuídas ao TBC evidentemente não se aplicam de maneira conjunta e com resultados sempre positivos nas experiências como são apontados na teoria. Contudo, observando as possibilidades nas dimensões apresentadas como o trabalho de autogestão baseado em uma economia solidária; como o empoderamento da comunidade; a reafirmação cultural e a possibilidade de manejo próprio de seus recursos naturais deixa-se claro o motivo pelo interesse das comunidades em trabalhar com o TBC e dos turistas em vivenciar tais experiências com base nesse modelo.

3 As experiências de turismo de base comunitária em pequenas localidades: os casos no Equador, no Brasil e no México

Turismo de base comunitária na comunidade Agua Blanca, Equador

O Equador é um dos países precursores do TBC na América Latina e um exemplo positivo para o turismo. Esse cenário se estabeleceu em razão das lutas promovidas pelas comunidades e organismos cooperados em busca do

estabelecimento de legislação, políticas públicas e organismos para o desenvolvimento do turismo como ferramenta de fortalecimento das comunidades locais. Para Ruiz *et al* (2008) a ideia de “comunidade” possui forte expressão na vida dos equatorianos relacionada a todo o cenário que compõe a luta política indígena camponesa. As comunidades estão determinadas legalmente no país. Portanto, o Equador avançou nas discussões sobre o turismo de base comunitária somando as análises acadêmicas com as próprias experiências comunitárias, que vão muito além da definição jurídica e do debate científico.

As formas de exploração dos povos indígenas e sua subordinação ao capitalismo instituído no país levaram às mudanças na configuração territorial desses povos. A partir dos anos de 1930 as comunidades equatorianas passaram a ser formalmente constituídas e buscaram restaurar a ligação original com seus territórios (RUIZ *et al*, 2008). As comunidades indígenas no Equador atualmente estão inseridas na organização político-administrativa do Estado, portanto, a Constituição da República do Equador reconhece as comunas como uma forma de organização ancestral desses povos que possuem soberania sobre seu território e sua cultura. As comunas possuem bens comunitários e tomam decisões sobre eles com base nas Assembleias constituídas pelos *comuneros* e *comuneras* que elegem anualmente o Conselho, que é o órgão colegiado de governo e administração (RUIZ *et al*, 2008). Dessa maneira, o TBC no Equador ocorre com base nessa organização já existente das comunidades indígenas.

As atividades de TBC tiveram início na década de 1980 e, como já apontado por Maldonado (2009), seu surgimento foi resultado das lutas políticas das comunidades locais por seus territórios e cultura. Atualmente o TBC no Equador é gerido por quatro comunas: *Salango*; *Las Tunas*; *el Pital* e *Agua Blanca*. O país ainda conta com organismos nacionais que atendem as demandas das experiências como a *Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador* (FEPTCE) (BRAVO, 2019).

A Comuna *Agua Blanca* é a comunidade precursora das atividades de TBC. Está localizada na costa da *Provincia de Manabí, Cantón Puerto López Parroquia Machalilla* no coração do Parque Nacional *Machalilla*⁵. Em 1979, após a falência da *hacienda Agua Blanca*, o Estado incorporou a área ao Parque Nacional *Machalilla*. Com a mudança, os locais que sobreviviam da extração de madeira para produção de carvão, da caça e da criação de cabras ficaram desprovidos de seus meios de sobrevivência que nesse momento se tornaram incompatíveis com a área de proteção ambiental (RODAS; DONOSO; SANMARTÍN, 2015).

Após conflitos o governo adotou uma postura mais colaborativa com a comunidade e passou a dividir com ela os direitos e responsabilidades da área de preservação, antes vista pelos locais como agente de mudança negativo de suas vidas e agora entendida como parte de seu patrimônio. Isso ocorreu com maior intensidade quando nos anos de 1980, pesquisas arqueológicas na área adotaram metodologia participativa com os residentes locais que passaram a ter a atividade como fonte de renda e ferramenta para o entendimento de seu patrimônio histórico e cultural. Nesse processo a comunidade local percebeu o turismo como forma de

⁵ No Equador convivem 14 nacionalidades com diferentes etnias distribuídas em 24 províncias, 221 cantões e 1.149 paróquias.

fortalecimento patrimonial e alternativa para a manutenção da vida na localidade. O turismo local contribuiu para a diminuição da dispersão populacional e inclusive propiciou o retorno de alguns indivíduos. Atualmente a comunidade conta com a cooperação de organismos externos (governamentais e não governamentais) que atuam colaborativamente para seu desenvolvimento (RODAS; DONOSO; SANMARTÍN, 2015).

A comuna de *Agua Blanca* é composta pelo grupo étnico *Manteño* com mais de 86 famílias (AGUA BLANCA, (s/d). Sua economia está baseada na agricultura de subsistência, na pecuária comercial, produção de frutos silvestres, construção, guiamento no Parque Nacional e o turismo comunitário (RUIZ *et al*, 2008). A comunidade possui como principais atrativos o sítio arqueológico *Agua Blanca*, o museu e a Laguna que possui águas sulfurosas e que deu origem ao nome da comunidade. Para além há a gastronomia local, o artesanato da cultura *mantenã* e outros passeios nos arredores da comunidade. O turista encontra no local equipamentos de hospedagem e alimentação. O serviço de guiamento das atividades é feito apenas por guias da comunidade (AGUA BLANCA, (s/d).

Bravo (2019) compreende como potencialidades da comunidade sua localização estratégica que fica na costa do Equador (no Parque Nacional e próxima de *Puerto López* com sua famosa *Playa de Los Frailes*); sua cultura ancestral; o trabalho associativo e de cooperação; a experiência dos gestores em turismo comunitário; a diversificação das atividades turísticas; as lideranças locais e sua capacidade de gestão; entre outros. Como pontos limitantes o autor cita a desarticulação entre os líderes da comunidade e os atores de instituições externas; programas de capacitação insuficientes; insuficiência de financiamentos para melhoria do turismo local; presença de cadeias hoteleiras próximas (que dificultam maior permanência dos turistas na comunidade); limitado apoio estatal; entre outros.

A comunidade da Prainha do Canto Verde no município de Beberibe no Ceará

Dentre todas as experiências de TBC no Brasil, o caso da Prainha do Canto Verde foi a que mais se destacou em razão de todo o contexto que envolveu a tomada de decisão dos locais em trabalhar com turismo. A Prainha do Canto Verde foi um dos casos emblemáticos que mostrou como o TBC é uma ferramenta de desenvolvimento local para as comunidades que dele se apropriam. Dessa forma, se observa no TBC um instrumento de poder local e, possível saída para o enfrentamento de alguns dos desafios das pequenas localidades com a mudança do modelo vigente de desenvolvimento.

A Prainha do Canto Verde está localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará, a 85 km da capital Fortaleza. O município possui uma população estimada de 53.573 pessoas (IBGE,2019). A comunidade da Prainha surgiu em meados de 1860 quando migrantes chegaram na localidade em busca de alternativa de renda e se estabeleceram no local por meio da pesca (MENDONÇA; IRVING, 2004).

A Prainha do Canto Verde tornou-se relevante nas experiências de turismo de base comunitária, pois, em 1979 se iniciou processo de luta pela terra contra grileiros e agentes imobiliários. Essa luta organizou a comunidade e propiciou a criação em 1989 de uma Associação de Moradores (MENDONÇA; IRVING, 2004). Em 2006 a Associação ganhou em última instância a ação contra a Imobiliária Henrique Jorge e, em janeiro de 2007 abriu processo de consulta pública com os moradores sobre a

criação de uma Reserva Extrativista (Resex) como maneira de ocupação do local herdado (MENDONÇA, 2009).

A partir dos anos de 1993 e 1994 a Associação reuniu os moradores para discutir o estabelecimento do turismo na comunidade. Isso ocorreu, pois, se observou o avanço desordenado do turismo no litoral cearense sem a participação das comunidades locais. Somado a isso a comunidade também compreendia o potencial turístico da Prainha do Canto Verde.

Nesse caminho foi realizada a primeira Oficina de Turismo em 1994 e foi criado o Conselho de Turismo Local. Foi nesse contexto que os moradores identificaram dois tipos de turismo: o “Turismo dos Barão” e o “Nosso Turismo”. A Comunidade compreendeu que o primeiro estava ligado aos agentes externos e aos resultados negativos deixados na comunidade e o segundo tratava do protagonismo da comunidade e aos resultados positivos que ficam na localidade (MENDONÇA, 2009).

Dentro desse cenário, em 1995, o Conselho de Turismo passou a ser uma cooperativa comunitária denominada como Coopecantur. A cooperativa se dividiu em sete grupos de trabalho para melhor atender as demandas existentes, as quais foram: hospedaria, barraqueiros, cozinheira e merendeiras, guias de turismo e trilhas, excursões e passeios, artesanato e estagiários (MENDONÇA, 2009).

Nesse mesmo contexto foi estabelecido o Fundo Social. Ao final de cada gestão anual o Fundo Social destina 20% das operações com o turismo para a Associação de Moradores, que define como o dinheiro deve ser gasto na localidade. Os outros 80% vão para o Fundo de Reserva que realiza empréstimos a membros da cooperativa para melhorar ou abrir novos negócios e, com “o objetivo de prover as melhorias necessárias para o turismo (infraestrutura, equipamentos e capacitação de mão-de obra)” (MENDONÇA, 2009, p. 294).

A Prainha possui hoje atrativos ligados ao patrimônio natural e cultural da comunidade. As tradições dos “Povos do Mar”, como são conhecidos, fazem parte do turismo local com seus jangadeiros e labirinteiras⁶ (PRAINHA DO CANTO VERDE, s/d). É expressivo ressaltar que apesar de decidir adotar o turismo como mais uma atividade econômica a pesca continua sendo a atividade principal, até porque “a pesca artesanal realizada pelos jangadeiros se reveste de rituais e aspectos simbólicos e pela terra onde se concretiza a realização de trabalhos manuais artesanais como bordados, labirintos, rendas, além dos pequenos plantios de subsistência.” (MENDONÇA, 2009, p. 295).

A Prainha do Canto Verde trabalha com seus atrativos, equipamentos e com a demanda de turistas de maneira a distribuir equitativamente as responsabilidades e direitos entre os moradores que trabalham direta ou indiretamente com os turistas. A comunidade conta com hospedagens, equipamentos de alimentação, oferta de serviços e estrutura para eventos, possui uma Bodega onde se reúne a produção artesanal local para venda aos turistas e oferta atividades como trilhas para conhecer o local (PRAINHA DO CANTO VERDE, s/d).

As hospedagens são organizadas na casa dos próprios moradores que alugam quartos para os turistas. Um dos exemplos de hospedagem, segundo informações

⁶ Labirinteiras são as artesãs que aplicam ao trabalho da renda a técnica do labirinto. O labirinto ou crivo ou contado é “um emaranhado de pontos que se faz desfiando o tecido, montado em armação de madeira (tela ou bastidor), unindo fios e preenchendo espaços com cerzimentos.” (ARTESOL, S/D).

do site da Prainha do Canto Verde, é a Pousada Refúgio da Paz da Dona Mirtes que trabalhava como agente de saúde na comunidade e tinha oito filhos residindo com ela. Ao longo dos anos seus filhos foram saindo da casa deixando os quartos vazios. Dona Mirtes viu a oportunidade em abrir seu lar para receber os turistas e hoje há uma suíte que abriga até quatro pessoas; três quartos de casal para até quatro pessoas com geladeira e fogão e um apartamento com cozinha completa (PRAINHA DO CANTO VERDE, s/d).

Sobre o serviço de alimentos e bebidas do local existe no site a oferta do restaurante Sol e Mar em que os donos trabalham com a mesa compartilhada “onde os hóspedes se encontram e acabam trocando suas experiências de viagens e compartilhando as diferentes culturas. Os donos têm momentos de conversas e informações sobre a história da comunidade.” (PRAINHA DO CANTO VERDE, s/d). Há ainda um grupo de cozinheiras que é formado por mulheres que fazem parte da Associação. Esse grupo já passou por vários cursos de culinária ofertados pelo Sebrae e outras instituições e atualmente são elas que preparam os pratos servidos nos eventos locais com as comidas típicas da região.

Contudo, é relevante apontar que dentre todos os serviços e produtos oferecidos o que mais chama a atenção da demanda para a comunidade da Prainha na verdade é a história e a hospitalidade local. O turista se vê motivado em conhecer a Associação de Moradores, o modo de vida e toda a história de luta dos locais. Conhecer os atrativos naturais e produzidos pela comunidade fica em segundo plano (MENDONÇA, 2009).

A Associação Acolhida na Colônia

O caso do Projeto Acolhida na Colônia pode-se dizer que é o primeiro projeto formal de maiores proporções no Brasil, que congrega mais de um município trabalhando com o modelo de gestão de base comunitária no turismo. O projeto passou a ser um modelo de desenvolvimento do turismo em pequenas localidades com o protagonismo das comunidades locais.

Conforme esclarecem Fortunato e Teixeira (2011) o Projeto Acolhida na Colônia teve seu início com a produção de alimentos orgânicos por agricultores da região das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina. A produção orgânica baseou-se em um contexto de busca por alternativas para a manutenção das famílias no campo em um cenário complexo de enfrentamento de inúmeras dificuldades impostas a elas. Em 1996, surgiu a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego) com o total de doze famílias associadas.

Houve um processo de desenvolvimento territorial muito expressivo na região que agregou maior número de famílias, implantou pequenas agroindústrias, criou cooperativa de crédito rural, entre outras iniciativas. A produção dos alimentos orgânicos e todo o contexto envolvido à produção passou a atrair o interesse de agricultores, técnicos e consumidores em conhecer as famílias produtoras e suas respectivas propriedades. O fluxo direcionado para a região gerou discussões sobre a possibilidade de trabalhar com a atividade do turismo (GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013).

É nesse contexto que as famílias passaram a se mobilizar e definiram o agroturismo como segmento turístico a ser adotado. O agroturismo foi escolhido em razão de suas características ligadas a propriedade e a família camponesa que recebe

o turista dentro de seu estabelecimento em que há intensa interação dos turistas com o modo de vida e produção camponeses (FORTUNATO; TEIRXEIRA, 2011).

Em 1999 foi fundada a Associação Acolhida na Colônia que, passou a integrar, por decisão de seus associados, a associação francesa *Accueil Paysan*. Esse fato ocorreu em razão dos objetivos entre as duas associações convergirem e, pela vasta experiência da associação francesa que poderia auxiliar de muitos modos o Projeto Acolhida na Colônia. Nesse sentido é relevante contextualizar que a associação *Accueil Paysan*, foi criada em 1901 para buscar vencer problemas vividos no campo por parte dos agricultores camponeses interessados em trabalhar com o agroturismo para recuperar a autoestima local, gerar emprego e renda, dinamizar as comunidades rurais e estabelecer novos laços sociais entre campo e cidade (GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013). A associação é uma rede formada por agricultores e atores rurais comprometidos com a agricultora camponesa e com o turismo sustentável, justo e solidário (ACCUEIL PAYSAN, s/d).

Também comprometida com esses objetivos a associação Acolhida na Colônia está presente atualmente em 24 municípios de Santa Catarina, um município do Estado do Rio de Janeiro (Casemiro de Abreu) e um distrito do Estado de São Paulo (Paralheiros). Atualmente segundo informações do site da associação estão envolvidas 94 propriedades na experiência de turismo de base comunitária (ACOLHIDA NA COLÔNIA, s/d). Conforme dados de 2013 o Projeto Acolhida na Colônia já somava a participação de mais de 170 famílias (GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013).

Após levantamentos realizados sobre os municípios que fazem parte da associação identificou-se que a experiência se divide em dez destinos e experiências turísticas para oferecer ao turista atividades relacionadas ao agroturismo. Essas regiões são: a) Santa Catarina (Encantos do Quiriri; Encostas da Serra Geral; Grande Florianópolis; Regional de Ibirama; Regional de Ituporanga; Serra Catarinense; Serra do Rio do Rastro; Vale dos Imigrantes), b) Rio de Janeiro (Casemiro de Abreu), c) São Paulo (Acolhendo em Paralheiros) (ACOLHIDA NA COLÔNIA, s/d).

A associação mantém parcerias com universidades, associações, Sebrae, organismos de turismo, dentre outras instituições (FORTUNATO; TEIXEIRA, 2011), o que reforça a necessidade e importância das parcerias para a sobrevivência e sucesso das experiências de TBC. A Acolhida na Colônia desde seu surgimento já foi premiada em razão de seu trabalho, dentre eles destacam-se o prêmio Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2002); o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio promovido pela ONU (2005); Destino Referência Nacional em Turismo Rural promovido pelo Ministério do Turismo (2007); prêmio *Fellowship Ashoka Empreendedores Sociais* (2007) (ACOLHIDA NA COLÔNIA, s/d).

Segundo Guzzatti (2013) a Acolhida na Colônia possui uma metodologia própria que atende as famílias desde a implantação do agroturismo em suas propriedades até a promoção, bem como captação de investimento e trabalho associativo. Nesse contexto, antes de iniciar os trabalhos com a logomarca Acolhida na Colônia as propriedades passam por processo de certificação.

Em outro estudo desenvolvido por Guzzatti (2010) a autora apresenta que os pontos positivos da experiência de cooperação foram a geração de trabalho e renda para a população local; impacto na autoestima dos agricultores; criação de novas utilidades para instalações ociosas da propriedade; promoção da troca de experiências entre turistas e locais; atração do interesse de indivíduos mais jovens;

divulgação dos locais que fazem parte da associação e facilitação da captação de recursos públicos e privados; contribuição para o aumento da arrecadação de impostos municipais. Entre os pontos negativos Guzzatti (2010) cita a perda da importância da atividade agropecuária (quando o turismo deve ser apenas alternativa segundo os princípios do agroturismo e do TBC); a presença de pessoas mal intencionadas que causam transtornos aos locais; a infraestrutura por vezes precária do município que afeta a imagem do Projeto e a incompatibilidade de interesses entre o agroturismo e atividades da região que geram conflito de interesses.

O patrimônio comunitário como espetáculo no turismo: o caso do Programa Pueblos Mágicos no México

Após abordarmos o turismo de base comunitária no Equador e no Brasil passamos nesse tópico a apresentar a experiência mexicana, porém, em uma perspectiva que nos encaminha a observar, por meio de sua descrição, especificidades de um turismo que não se coloca como ferramenta de fortalecimento do patrimônio comunitário, mas sim, como mais uma forma de sua mercantilização.

Conforme Rodríguez, Pulido-Fernández e Herrera (2017) a Secretaria de Turismo do México (SECTUR) ao buscar maior competitividade por meio da diversificação dos produtos turísticos, que se concentravam mais no segmento de sol e praia, criou em 2001 o *Programa Pueblos Mágicos de México*. Segundo informações do site da Sectur (2019) fazem parte do programa atualmente 121 *Pueblos Mágicos*. O programa busca revalorizar esse conjunto de populações que esteve sempre no imaginário coletivo e representam novas alternativas para os turistas nacionais e estrangeiros. Sendo assim, o programa busca descentralizar o fluxo turístico de cidades maiores para pequenas localidades próximas a elas.

Pueblos Mágicos é um programa de desenvolvimento turístico para localidades que organizam ações de caráter econômico, social e ambiental com o objetivo de melhorar as condições de vida de uma localidade turística (SECTUR, 2014). Ao serem incluídos no programa os *pueblos* recebem sua certificação e o direito de utilizar o selo *Pueblo Mágico*. Então, o referido programa é uma política de promoção turística em pequenas localidades conforme avaliam Rodríguez, Pulido-Fernández e Herrera (2017). Para a Sectur (2019) considera-se um *Pueblo Mágico* a localidade que conservou sua herança histórica e cultural possuindo a identidade nacional.

Segundo Levi (2015) para ter acesso aos recursos do Programa (que vão desde obras para reformas de fachadas até obras de saneamento básico e investimentos em segurança) é necessário ser um *pueblo*. Nesse sentido, de maneira crescente, pequenas localidades se movimentaram para fazer parte do programa com o objetivo de trazer melhorias como geração de emprego e renda, obras de infraestrutura necessárias, entre outros benefícios.

Porém, intrigou a autora o fato de que um dos Estados que possui maior riqueza cultural como *Oaxaca*, em 2015, tinha apenas um *pueblo* no programa. Em contrapartida outros *pueblos* que não possuem elementos patrimoniais tão singulares, segundo Levi (2015), fazem parte dele em razão da boa influência de seus grupos de poder na política mexicana. Para a autora, o programa, em algumas situações, tende a simular e a transformar em espetáculo o patrimônio das comunidades dessas pequenas localidades sem que elas de fato participem do

processo. Nesse contexto, participar ou não do programa, por vezes, está mais relacionado ao poder de agentes privados e a influência política, do que a relevância do próprio patrimônio comunitário das pequenas localidades.

Seguindo também nessa linha de reflexão López (2009) analisa a situação do *Pueblo Mágico* de Tequila no Estado de Jalisco. Historicamente a comunidade local produzia bebida fermentada com a planta agave azul que posteriormente passou a ser produzida comercialmente em maior escala. A inserção do *pueblo* Tequila ocorre em razão desse patrimônio comunitário ancestral que se construiu ao redor da produção da bebida, mas que, atualmente está nas mãos de empresas privadas. O autor afirma que o patrimônio da comunidade dessa localidade é comercializado apenas por essas empresas privadas, por meio do turismo, mediado pelo discurso de fortalecimento local.

Conforme López (2009) Tequila passou por uma revitalização em sua paisagem urbana. Investimentos foram feitos para a ampliação de restaurantes e redes hoteleiras que permitiram ao turista permanecer mais tempo na localidade que fica a 60 quilômetros de Guadalajara. O que se observa é a atuação marginal que foi relegada a comunidade local que não faz parte do grupo de empresários envolvidos com a indústria tequilera. A menção do patrimônio da comunidade indígena local está apenas nas histórias sobre a produção da bebida pelos guias de turismo. No mais, ao sair do centro “mágico” da cidade, transformado após a entrada no programa, é possível observar a permanência da comunidade tradicional nas periferias enfrentando problemas de saneamento básico, violência, entre outros.

A comunidade local da Ilha de *San Miguel de Cozumel* também é outro exemplo de transformação do patrimônio comunitário em espetáculo comercializado pelo turismo. A ilha localiza-se a Leste da Península de *Yucatán* no sudoeste do México e faz parte do Estado de *Quintana Roo* no Mar do Caribe. Sobre o turismo na ilha Rodrigues (2015) aponta que a população de *San Miguel de Cozumel* passou de menos de dez mil habitantes em 1950 para mais de setenta mil nas primeiras décadas desse século após a explosão do turismo de massa no local. A autora afirma que as áreas mais nobres para o turismo foram repassadas pelo Estado para a iniciativa privada e a população local foi deslocada cada vez mais para áreas menos valorizadas.

Como um dos *pueblos* do Programa *Pueblos Mágicos* Rodríguez (2014) afirma que na localidade restou apenas o patrimônio comunitário como simulação e espetáculo para os turistas dessa ilha que é focada em receber visitantes de cruzeiros marítimos. Nessa localidade é possível encontrar as mulheres locais trajadas com o *huipil Maya*⁷ recepcionando os turistas e entretendo-os enquanto eles tomam seu café da manhã para logo em seguida trocar o majestoso *huipil maya* pelos equipamentos e trajes de limpeza do hotel.

Levi (2018) constata em suas pesquisas que cada vez mais se simula uma imagem do “*pueblito mexicano*”. Pequenas localidades, com receio de ficarem de fora do circuito turístico e, de seus benefícios maquiagem seus patrimônios replicando uma imagem dita como autêntica no centro do país. Isso por muitas vezes acaba por

⁷ “El huipil que usa, a modo de blusa, la mujer maya es un de las obras más acabadas del arte textil, es realizado completamente a mano en el telar y algunos son luego bordados. En el huipil se inscriben imágenes y símbolos de herencia ancestral y su uso es hasta hoy cotidiano” (MUSEO REGIONAL DE RANCAGUA, 2018).

deslocar atividades e pessoas que fazem parte da paisagem e da vida social da comunidade. Muitos dos vendedores e vendedoras das praças centrais dessa localidade estão ali, em suas feiras e mercados locais, a três ou quatro gerações. Para a autora o Programa acaba por se tornar uma franquia que se repete até a exaustão em todo o país reduzindo sua riqueza cultural. Nesse sentido, para Levi (2018) a existência das comunidades é útil enquanto for exótica, colorida e comercializável, ou seja, não está em pauta seu protagonismo, mas sim apenas sua imagem como produto turístico.

É relevante ressaltar que não se intencionou aqui questionar os benefícios já carreados pelo programa para as comunidades das pequenas localidades atendidas, fato evidente em muitas experiências. Buscou-se, porém, lançar um olhar para além de seus pontos positivos. Observou-se como o turismo pode se apropriar das pequenas localidades e suas comunidades transformando-as apenas em produtos a serem consumidos ao utilizar seu patrimônio comunitário. Percebeu-se que o patrimônio comunitário serve apenas de chamariz para o consumo sem que haja envolvimento e protagonismo das comunidades que ficam à margem do processo.

4 Considerações finais

O trabalho buscou compreender o turismo de base comunitária e como esse modelo de gestão tem se desenvolvido nas comunidades em pequenas localidades. Para isso foram apresentadas quatro experiências de comunidades que adotaram o TBC como modelo de gestão da atividade turística.

A experiência de *Agua Blanca* no Equador foi selecionada em razão do contexto histórico de luta das comunidades indígenas camponesas no país e do papel precursor que o Equador apresenta nas experiências de TBC. Observa-se o avanço significativo no Equador na formalização de legislação específica, de políticas públicas e de organismos para o tratamento do TBC, embora, ainda seja necessário avançar mais.

As experiências brasileiras também foram selecionadas, dentre várias identificadas, em razão das características de luta das comunidades de pequenas localidades relacionadas a permanência na terra para produção e reprodução de vida em seus territórios, seja no território caiçara de Beberibe na Prainha do Canto Verde ou no campo, nas comunidades do Projeto Acolhida na Colônia. Já a experiência dos *Pueblos Mágicos* no México foi apresentada no trabalho para que fosse possível observar que o TBC mesmo se colocando como mais uma ferramenta de fortalecimento dessas comunidades pode ser apropriado de maneira equivocada e ser mais uma forma de mercantilização do patrimônio comunitário.

Com os levantamentos e discussões realizadas foi possível compreender que o TBC é um modelo de gestão do turismo apropriado por comunidades em pequenas localidades que pode ser trabalhado por qualquer segmento do setor do turismo como turismo rural, ecoturismo, entre outros. Vimos que muitas das experiências surgiram em países menos desenvolvidos por suas comunidades que procuram mais uma ferramenta de luta contra a pobreza e por seus territórios, local de produção e reprodução de seu patrimônio comunitário.

No caso da experiência do Equador, identificamos especificidades sobre o contexto das comunidades indígenas e como esse contexto propiciou base para o TBC no país. Observamos que a comunidade *Agua Blanca* após se apropriar

novamente de seu patrimônio, por meio das escavações arqueológicas, e perder sua fonte de trabalho e renda em razão dos conflitos com o Parque Nacional observou no turismo de base comunitária uma forma de manutenção e fortalecimento de seu modo de vida e produção.

Nesse contexto, reflete-se sobre a questão do TBC como saída utilizada pela comunidade local de uma situação de vida e produção incompatível com sua ancestralidade, que foi imposta pela dominação de seu território. A extração de madeira e produção de carvão não eram atividades econômicas que faziam parte do patrimônio local. A criação do Parque Nacional e o processo de inclusão da comunidade nas escavações arqueológicas mudaram a fonte de renda local e, muito mais do que isso, a perspectiva sobre sua própria história. Ao se reconectar com suas origens a comunidade local passou a valorizar seus atributos e a utilizar o turismo como atividade econômica compatível com seus objetivos. É possível observar, nesse sentido, que o TBC contribui, de várias formas, para a apropriação do espaço pelas comunidades que dele lançam mão. Ainda existem pontos limitantes do TBC na comunidade, mas é possível observá-lo como ferramenta para o desenvolvimento.

Sobre os casos brasileiros a Prainha do Canto Verde nos apresentou como o trabalho coletivo e cooperativo em uma pequena localidade pode ser fator de resistência. O trabalho coletivo evitou que a especulação imobiliária se apropriasse daquele território e expulsasse toda a comunidade. Como alternativa de complementação da ocupação principal, que é a pesca, a comunidade adota o turismo, mas baseado no modelo de gestão do TBC que se colocou como ferramenta diferenciada do turismo predatório que a comunidade observou nas experiências próximas em comunidades vizinhas.

A respeito da Associação Acolhida na Colônia despertou-nos interesse sobre a capacidade de organização dos agricultores camponeses na adoção de modelos colaborativos como saída para sua manutenção no campo. Essa experiência, e também as anteriores, chamam a atenção para dois pontos que se acredita serem fundamentais nessa discussão. O trabalho coletivo das comunidades e sua organização em associações e cooperativas indica que o TBC pode contribuir para a melhora da sociabilidade. Como pontos positivos das experiências foram citados a organização coletiva, o interesse dos jovens pelo patrimônio comunitário, o retorno de indivíduos para o local de origem, entre outros, que fazem refletir sobre o fortalecimento de sentimento de pertencimento à aquela comunidade. Esse fato reforça que o trabalho coletivo e colaborativo pautado também no TBC está inclinando a comunidade a reconstruir e/ou fortalecer o prazer da vida em comum, por meio da divisão das responsabilidades, estabelecimento da confiança e partilha dos resultados positivos. Entende-se que a questão da melhora na sociabilidade das comunidades por meio do TBC merece maior aprofundamento.

O caso do México nos oportunizou abordar que mesmo o TBC sendo uma ferramenta utilizada como fator de resistência para muitas comunidades ainda é possível encontrar casos na contramão desse processo. Em muitas localidades a ideia de um turismo baseado na cultura das comunidades locais serve apenas como chamariz de turistas desavisados, ou até mesmo conscientes, que possuem a intenção de conhecer a cultura local, mas que, porém, apenas presenciam uma simulação dessa cultura. A comunidade nessas localidades serve de espetáculo para o turista e não está no centro do protagonismo local. Pequenas localidades buscam

a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades, mas acabam sendo excluídas do processo por outros grupos de interesse.

Com relação as experiências positivas, ficou evidente que existia uma base anterior para a adoção do turismo como atividade econômica e social. As comunidades já se encontravam organizadas por meio de Associações, ou outras formas de organização, pré-existentes o que pode apontar a necessidade de certa organização já fortalecida para tratar de uma atividade adicional. Também se observou que em todos os casos as comunidades precisaram de apoio externo para avançar no estabelecimento do TBC em suas localidades.

Apesar de todos os avanços é possível observar lacunas existentes que impedem maior avanço das experiências com o TBC, entre elas: o turismo passar de atividade alternativa para atividade principal; conflitos de interesses dentro da comunidade e com agentes externos; problemas com o avanço da especulação imobiliária; problemas com o avanço do turismo massificado e seus serviços e equipamentos; apoio ainda tímido do Estado; dificuldades com melhoria na estrutura local, capacitação da comunidade para trabalhar com o turismo, entre outros.

No caso do México, com o Programa *Pueblos Mágicos*, ainda foi possível observar a comunidade local e seu patrimônio, nessas pequenas localidades, como objeto de consumo para o turista, ou seja, a simulação da cultura local e sua espetacularização. Nesse sentido, é indispensável questionar o que se pretende resolver quando se propõe desenvolver o turismo em determinada localidade. Isso porque, a resposta para essa indagação pode gerar inúmeros desdobramentos levando em consideração as diferenças existentes em cada território. Quando se trata de pequenas localidades e, somadas a elas a vida nelas contida, a resposta é complexa e inacabada, afinal, não se trata apenas de crescimento econômico, mas buscar garantir a manutenção e evolução do modo de vida e produção que são específicos desses locais. Nesse sentido, se busca-se solucionar os desafios socioespaciais enfrentados por essas pequenas localidades, o TBC parece uma das respostas mais adequadas, atualmente, para essa questão.

É necessário, contudo, destacar que apesar de seus efeitos positivos nas pequenas localidades onde ocorre, o TBC precisa ser acompanhado e analisado constantemente acerca de seus significados e resultados. Afinal, seus desdobramentos dependem dos atores sociais envolvidos (comunidade local, turistas, instituições) que caminham em uma simbiose alterando os resultados na medida que fazem avançar o turismo nesses espaços. Essas reflexões deixam lacunas para próximas pesquisas que se interessem em observar com maior profundidade as dificuldades enfrentadas pelas pequenas localidades e suas comunidades ao trabalhar com o turismo e, investigar como o TBC pode contribuir para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. **O turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região turística noroeste do Paraná.** (Doutorado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

ACCUEIL PAYSAN. *Qui sommes nous?. Accueil Paysan en bref.* [S.d]. Disponível em: <<https://www.accueil-paysan.com/fr/qui-sommes-nous/accueil-paysan-en-bref/>>. Acesso em: abril de 2020.

ACOLHIDA NA COLÔNIA. Apresentação. [S.d]. Disponível em: <<https://acolhida.com.br/sobre/apresentacao/>>. Acesso em: abril de 2020.

AGUA BLANCA. Nosotros. [S.d]. Disponível em: <<https://www.comunidadaguablanca.com/>>. Acesso em: abril de 2020.

ARTESOL - Artesanato solidário. Renda. [S.d]. Disponível em: <<https://www.artesol.org.br/tecnicas/visualizar/Renda>>. Acesso em: abril de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/beberibe/panorama>>. Acesso em: abril de 2020.

BRAVO, L. L. *Otro turismo es posible: La economía social y solidaria turismo comunitario en Agua Blanca*. In: *II Congreso Virtual Internacional sobre Economía Social y Desarrollo Local Sostenible*, 2., 2019, ONLINE. **Anais...**Málaga: Universidad de Málaga, Espanha, 2019. Disponível em: <<https://www.eumed.net/actas/19/economia-social/2-otro-turismo-es-posible-la-economia-social-y-solidaria-turismo-comunitario-en-agua-blanca.pdf>>. Acesso em: abril de 2020.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

BURSZTYN, I; BARTHOLO R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2012.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, L. L. C; PINTO, R. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2., p.213-226, 2013.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, 2007.

FORTUNATO, R. A; TEIXEIRA, K. L. A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto “Acolhida na Colônia”. In: VIII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., 2011, Balneário Camboriú-SC. **Anais...Balneário Camboriú**: UNIVALI, 2011. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/114.pdf>. Acesso em: abril de 2020.

GIAMPICCOLI, A; KALIS, J. H. Community-based tourism and local culture: the case of the amaMpondo. **Revista Pasos de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 10, nº 1, p. 173-188, 2012.

GRIM, I. J; CIOCE, C. A. S. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, p. 57-68. 2013.

GUZZATTI, C. T. **O agroturismo elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GUZZATTI, T.C.; SAMPAIO, C.A.C.; CORIOLANO, L.N.M.T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, p. 93-106, 2013.

KRIPPENDORF, J. **A sociologia do Turismo**. Rio de Janeiro: Civ Bras, 1989.

LEVI, L. L. *Las territorialidades del turismo: el caso de los Pueblos Mágicos en México*. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 12, n. 1, p. 6-24, 2018.

LEVI, L. L. *Pueblos mágicos mexicanos: magia, hechizos e ilusión Mexican*. **Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**. URBS. v. 5, n. 2, p. 13-26, 2015.

LÓPEZ, J. J. H. Tequila: centro mágico, pueblo tradicional. ¿Patrimonialización o privatización? **Andamios**. México, v.6, n.12, p. 41-67, 2009.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANO, A. D; MAYER, V. F; FRATUCCI, A. C. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 11, nº 3, p. 413-435, 2017.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde:

uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R; SANSOLO. D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENDONÇA, T. C. M; IRVING, M. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). **Revista Caderno Virtual de Turismo**. v. 4, nº 4, p. 12-22, 2004.

MIELKE, E. J. C; PEGAS; F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, vol. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.

MUSEO REGIONAL DE RANCAGUA. **Exposición temporal huipiles mayas, telares de una comunidad sobreviviente**. 2018. Disponível em: <https://www.museorancagua.gob.cl/677/w3-article-85737.html?_noredirect=1>. Acesso em abril de 2020.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Negócios turísticos con comunidades** (NETCOM). Módulo 3 – *Manual del Facilitador*. 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2006/106B09_198_span.pdf>. Acesso em março de 2020.

PIRES, P. D. S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

RODAS, M; DONOSO, N. U; SANMARTÍN, I. *El Turismo Comunitario en el Ecuador: Una revisión de la literatura*. **RICIT**, nº 9, p. 60-77, 2015.

RODRIGUES, L. C. Cozumel, a ilha que se reinventa: onde o turismo faz eclodir múltiplos imaginários e temporalidades. In: XI Reunión de Antropología del Mercosur, 30 de noviembre – 4 de diciembre de 2015, Montevideo, Uruguay, 11, Montevideo-Uruguay. **Anais...2015**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21592/1/2015_eve_lcrodrigues.pdf>. Acesso em abril de 2020.

RODRÍGUEZ, L. I. R. *Turismo creativo y la ancestralidad mercantilizada: La falsa relación entre el patrimonio cultural y las comunidades*. In: OPCA (Org.). **A propósito del "turismo creativo": nuevas relaciones entre el patrimonio cultural y el turismo**. Departamento de Antropología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Los Andes, boletín 07, p. 30-37, 2014. Disponível em: <https://opca.uniandes.edu.co/wp-content/uploads/07_compressed.pdf>. Acesso em março de 2020.

RODRÍGUEZ, R. M. A. S; PULIDO-FERNÁNDEZ, J. I; RODRÍGUEZ, I. M. H. *El producto turístico en los Pueblos Mágicos de México. Un análisis crítico de sus componentes*. **Revista de Estudios Regionales**. Universidades Públicas de Andalucía Málaga, España, nº 108, p. 125-163, 2017.

RUIZ, E; HERNÁNDEZ, M; COCA, A; CANTERO, P; CAMPO, A. *Turismo comunitario em Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad*. **Revista Pasos de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, nº 3, p. 399-418, 2008.

SECTUR, Secretaría de Turismo. Gobierno de México. **Pueblos Mágicos de México**. 2019. Disponível em: <<https://www.gob.mx/sectur/articulos/pueblos-magicos-206528?idiom=es>>. Acesso em abril de 2020.

SECTUR, Secretaría de Turismo. Gobierno de México. **Acuerdo por el que se establecen los Lineamientos Generales para la incorporación y permanencia al Programa Pueblos Mágicos**. México, D.F., *Diario Oficial de la Federación*, 2014. Disponível em: <https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5361690&fecha=26/09/2014>. Acesso em abril de 2020.

SILVA, K; RAMIRO, R; TEIXEIRA, B; Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

TAPIA, K. R. L; TRUJILLO, C. A. *Participación comunitaria: la experiencia del turismo como estrategia de desarrollo del ecuador*. In: RODRÍGUEZ, I. B. S; HERNÁNDEZ, G. A. **Turismo, sociedad y cultura: visiones interdisciplinarias para el desarrollo**. Fundación Red Iberoamericana de Ciencia, Naturaleza y Turismo. Valdivia, Chile, 2016.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Trad. Carlos E.M. de Moura. Studio Nobel, São Paulo, 1996.

ZAUL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

WWF-International. **Guidelines for community-based ecotourism development**. Julho, 2001. Disponível em: <<https://www.panda.org/?12002/Guidelines-for-Community-based-Ecotourism-Development>>. Acesso em março 2020.

Ângela Maria Endlich. Doutora em Geografia. Universidade Estadual de Maringá (Paraná-Brasil). Docente efetivo. amendlich@uem.br

Juliana Carolina Teixeira. Mestre em Geografia. Universidade Estadual do Paraná campus Campo Mourão (Paraná-Brasil). Professora Adjunta. julianatma@gmail.com

Submetido em: 15/12/2020

Aprovado em: 03/05/2022

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Curadoria de Dados (Data curation): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Análise Formal (Formal analysis): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Não houve
Investigação/Pesquisa (Investigation): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Metodologia (Methodology): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Administração do Projeto (Project administration): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Recursos (Resources) Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Software: Não houve.
Supervisão/orientação (Supervision): Angela Maria Endlich
Validação (Validation): Angela Maria Endlich
Visualização (Visualization): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Juliana Carolina Teixeira
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Angela Maria Endlich / Juliana Carolina Teixeira

Fontes de financiamento: Não houveram.